

Opinião Econômica

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

banrisul

Tarifa horária traz justiça para conta de luz

Eletricidade não custa a mesma coisa em todas as horas do dia

A Aneel tomou a excelente iniciativa de propor preço com variação horária para o consumo de energia elétrica em residências, empresas e outras unidades atendidas na baixa tensão com consumo mensal superior a 500 kWh/mês. A implantação compulsória será gradual, em três etapas entre 2028 e 2031, começando pelos consumos acima de 1.800 kWh/mês (como referência, o consumo médio residencial é de 160 kWh/mês).

Atualmente, como sobra energia nas horas ensolaradas e falta no início da noite, a eletricidade não custa a mesma coisa em todas as horas do dia. Todavia, como os preços para a maioria dos consumidores na baixa tensão são constantes, não há sinal econômico para ajustar a demanda à oferta. Ou seja, o sistema opera ineficientemente. Pior: a cobrança convencional torna invisível o subsídio cruzado entre consumidores com diferentes perfis horários de consumo.

Essa distorção foi fortemente agravada em anos recentes pela explosão da GD (geração distribuída) ?os painéis solares conectados à rede de baixa tensão. O chamado "prosumidor" injeta energia na rede justamente no horário de sol abundante, quando o sistema já tem excesso de oferta, e retira eletricidade no início da noite, no momento mais caro e crítico para o atendimento.

Por isso, foi correta a decisão da Procuradoria-Geral da Aneel de adotar idêntico procedimento para todos os consumidores de uma mesma faixa de consumo, independentemente da eventual existência de GD. Por outro lado, as novas conexões de GD, de qualquer porte, passarão a ser faturadas compulsoriamente na tarifa horária. Muito justo!

A aplicação da tarifa horária poderá resultar em diminuição ou aumento da conta de luz, dependendo do comportamento do consumidor. Economizará quem conseguir deslocar o uso, por exemplo, da máquina de lavar, do chuveiro elétrico ou do carregador de veículo elétrico para o intervalo entre as 10h e as 16h. Por isso, qualquer consumidor poderá migrar voluntariamente para a tarifa horária, qualquer que seja o nível de consumo. Por outro lado, quem mantiver o alto consumo nos períodos caros poderá pagar mais.

A migração para o novo sistema de cobrança será antecedida por um aviso prévio de três meses na conta de luz. Para que a nova tarifa seja um sucesso, a informação será tão importante quanto o preço. Simuladores, comunicação transparente e acompanhamento claro das faturas devem integrar a implantação. Quem, apesar de toda a informação, tiver dificuldade para adaptar seus hábitos de consumo poderá acionar o mecanismo de opt-out para adiar por até dois anos a adesão à nova metodologia. Contudo, não haverá retorno à tarifa convencional atual, e sim a aplicação de uma "tarifa plana temporária", de 3% a 5% mais cara que a convencional, para refletir o custo que o consumo inflexível impõe ao sistema.

O mérito da Tarifa Hora Certa está em reconhecer que preços também são instrumentos de coordenação. Ao aproximar a cobrança do custo real de fornecimento em cada período, a proposta cria condições para que consumidores e prosumidores participem indiretamente da gestão do sistema elétrico. Em um setor que frequentemente recorre a subsídios e privilégios setoriais para esconder custos, é alentador ver uma iniciativa que aposta em eficiência, transparência e sinais econômicos corretos.



SLC Agrícola sai do prejuízo e lucra R$ 192 milhões

/ BALANÇOS

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A SLC Agrícola deixou para trás o prejuízo registrado há um ano e encerrou o terceiro trimestre de 2026 com lucro líquido de R$ 192,4 milhões. No mesmo período de 2025, a companhia gaúcha havia perdido R$ 14,5 milhões. A virada ocorreu apesar da queda de 13,1% na receita líquida, para R$ 1,81 bilhão, em um trimestre marcado por vendas menores de algodão e milho.

O que fez a diferença foi a rentabilidade: o resultado bruto avançou 30,2%, para R$ 810,9 milhões, enquanto a margem bruta saltou de 29,8% para 44,7%. O desempenho foi favorecido pelos resultados da soja, pelas melhores margens do algodão e pelos efeitos da avaliação contábil das lavouras e estoques.

A colheita da safra 2025/26 terminou com produtividade recorde de 4.125 quilos por hectare na soja e 2.127 quilos por hectare no algodão em pluma. Os números ficaram, respectivamente, 11,1% e 3,6% acima das médias nacionais, segundo a empresa.

No faturamento, porém, o trimestre ainda carregou os efeitos de uma produção menor de algodão na safra anterior. O volume vendido da fibra caiu 50,3%, para 37,5 mil toneladas, enquanto o de milho recuou 37,7%, para 442 mil toneladas. A soja seguiu o caminho contrário: as vendas cresceram 81,6% em volume e renderam R$ 606 milhões, alta de 83,6% na comparação anual.

Nem todos os indicadores acompanharam a recuperação do lucro. O Ebitda ajustado, que mede o resultado operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização, recuou 12,8%, para R$ 463,5 milhões. O lucro líquido também foi favorecido por R$ 11,2 milhões provenientes da venda de terras.

Nos nove primeiros meses do ano, a companhia acumulou lucro de R$ 673,6 milhões, 5,9% superior ao mesmo intervalo de 2025, mesmo com receita praticamente estável, de R$ 6,26 bilhões. "Apesar da estabilidade da receita, observamos uma evolução importante da rentabilidade", afirmou o diretor financeiro e de relações com investidores, Ivo Brum, durante a videoconferência de resultados.

A expectativa é que o faturamento ganhe fôlego com as entregas da safra recorde. Ao fim de setembro, 93% do algodão e 48% do milho produzidos ainda aguardavam faturamento. A empresa gerou R$ 346,1 milhões em caixa livre ajustado no terceiro trimestre e espera que a comercialização contribua para reforçar essa geração nos próximos meses.

Depois de um ciclo de aquisições e investimentos, a SLC Agrícola passou a colocar a redução da dívida entre as prioridades. A dívida líquida ajustada chegou a R$ 7,1 bilhões no encerramento de setembro, R$ 1,9 bilhão acima do fim de 2025. A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado, subiu de 1,97 para três vezes.

Diante dos juros elevados e das incertezas econômicas, o diretor-presidente, Aurélio Pavinato, sinaliza uma postura mais conservadora. "Nesse ambiente de mais incertezas, o racional é trabalhar com mais segurança", afirmou. Segundo ele, juros mais altos tornam necessário reduzir o ritmo de investimentos em relação ao que seria possível em um cenário de crédito mais barato.

VANESSA MORAES/ARQUIVO PESSOAL/JC



Desempenho no 3º trimestre foi favorecido pelos resultados da soja

Brum disse que a companhia não pretende ampliar a área plantada no próximo ano e buscará reduzir a alavancagem para perto de duas vezes até o fim de 2027, patamar definido como meta pelo conselho. Para a safra 2026/27, que já está em andamento, a projeção é de 860,8 mil hectares cultivados, expansão de 3,2% sobre o ciclo anterior.

A preocupação com o clima continua no radar, mas, até agora, o avanço do plantio tem sido positivo. Segundo o balanço, 87,6% da área prevista para a soja estava semeada até 9 de novembro. "Não dá para sofrer por antecipação em relação ao clima, porque as previsões nem sempre se confirmam", resumiu Pavinato.